

Ana Paula Silva Sant'Ana

**Economia Comportamental e Programas de  
Transferência de Renda:  
O impacto das informações sobre o comportamento**

Brasília (DF)  
Dezembro de 2014



Ana Paula Silva Sant'Ana

**Economia Comportamental e Programas de  
Transferência de Renda:  
O impacto das informações sobre o comportamento**

Monografia de conclusão de curso de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade de Brasília: Um estudo sobre o impacto das informações na vontade de realizar doações monetárias a programas de transferência de renda.

Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia – FACE  
Departamento de Economia

Orientador: Michael Christian Lehmann

Brasília (DF)  
Dezembro de 2014

Ana Paula Silva Sant'Ana

**Economia Comportamental e Programas de  
Transferência de Renda:  
O impacto das informações sobre o comportamento**

Monografia de conclusão de curso de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade de Brasília: Um estudo sobre o impacto das informações na vontade de realizar doações monetárias a programas de transferência de renda.

Trabalho aprovado. Brasília – DF, 15 de dezembro de 2014:

---

**Michael Christian Lehmann**  
Orientador

---

**Luis Felipe Batista de Oliveira**  
Convidado 1

Brasília (DF)  
Dezembro de 2014

À minha família, o melhor presente que eu poderia ganhar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu tudo o que tenho e, mesmo assim, ainda é melhor que tudo isso.

Também agradeço aos meus pais, Paulo e Dayse, que me ensinaram e continuam ensinando coisas que nenhuma universidade me ensinaria. Aos meus irmãos, Pedro e Patrícia, por toda amizade e diversão, também expressei meus sentimentos de gratidão.

Agradeço aos meus amigos e companheiros de graduação, que não só tornaram os dias na Universidade mais alegres, mas também me ensinaram e ajudaram com sua disposição e paciência. Também agradeço à amiga Laene que, com muita disposição, me ajudou na análise estatística dos dados.

Não poderia deixar de agradecer ao querido professor e orientador Michael Christian Lehmann por todo seu apoio, ajuda e paciência. E, por fim, gostaria de agradecer também à professora Denise Imbroise, que me orientou e ajudou no início deste trabalho acadêmico.

*“[...] Lembrando as palavras do próprio Senhor Jesus, que disse: ‘Há maior  
felicidade em dar do que em receber’.”  
(At. 20:35)*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central observar a relação existente entre a disposição dos indivíduos de realizar doações monetárias a Programas de Transferência Condicionada de Renda, mais especificadamente ao Programa Bolsa Família, e a informação que os mesmos têm a respeito dos impactos do programa na sociedade. Para tanto, fornecemos informação a respeito dos impactos que o programa gera no mercado de trabalho e na criminalidade a fim de saber se estas influenciariam os respondentes a doarem quantias maiores para uma hipotética expansão do programa. Os resultados obtidos expressam que, mesmo com o aumento de informações dadas a respeito do Bolsa Família, as doações não aumentariam. As diferenças absolutas na quantia doada tanto pelo grupo de controle quanto pelos grupos de tratamento não foram significativas em termos estatísticos.

**Palavras-chave:** Programas de Transferência Condicionada de Renda, Bolsa Família, Economia Comportamental, Informação.



## **ABSTRACT**

This work is mainly aimed to observe the relationship between the willingness of individuals to make monetary donations to Conditional Cash Transfer programs, more specifically *Bolsa Família* program, and the information that they have about the program's impact on society. To this end, we provide information regarding the impact that the program generates in the labor market and crime in order to know if these influence the respondents to donate larger amounts for a hypothetical expansion of the program. The results express that even with the increase of information given about *Bolsa Família*, donations would not increase. The absolute differences in the amount donated by the control group and the treatment groups were not significant in statistical terms.

**Keywords:** Conditional Cash Transfer Programs, Bolsa Família, Behavioral Economics, Information.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Países que fazem uso de PTCRs .....	13
Figura 2 – Informações dadas aos diferentes grupos .....	28

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas descritivas .....	30
Tabela 2 - Estatísticas Descritivas .....	31
Tabela 3 - Resultados .....	32
Tabela 4 - Resultados .....	32

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....</b>	<b>15</b>
2.1 Objetivo.....	15
2.2 Público Alvo .....	15
2.3 Contrapartidas e condicionalidades .....	16
2.4 Resultados do PBF .....	16
2.4.1 Impactos do Bolsa Família no mercado de trabalho.....	18
2.4.2 Impactos do Bolsa Família na criminalidade.....	19
<b>3. TEORIA .....</b>	<b>21</b>
3.1 Do comportamento altruísta .....	22
<b>4. O EXPERIMENTO.....</b>	<b>27</b>
4.1 Teste de balanceamento .....	29
<b>5. RESULTADOS.....</b>	<b>32</b>
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>36</b>

# 1. Introdução

A presente monografia tem como objetivo central observar a relação existente entre a disposição dos indivíduos de realizar doações monetárias a programas de transferência de renda, mais especificadamente ao Programa Bolsa Família, e a informação que os mesmos têm a respeito dos impactos do programa na sociedade.

Para tanto, mostraremos a importância dos Programas de Transferência Condicionada de Renda bem como seus resultados a fim de deixar claro que estes geram benefícios à sociedade e, portanto, devem ser expandidos.

Analisaremos, antes de tudo, a literatura econômica que baseia os dois temas conexos neste trabalho: altruísmo e transferências voluntárias de renda e Programas de Transferência Condicionada de Renda.

Primeiramente, analisaremos o Programa Bolsa Família (PBF) em seus objetivos e resultados. A segunda parte, que será exposta junto com a teoria por nós desenvolvida, envolve uma breve análise sobre o *jogo do ditador* (Kahneman, 1986), desde seu modelo inicial até algumas adaptações do mesmo, com o intuito de estudar por que as pessoas doam dinheiro e o caráter altruísta dos indivíduos. Finalmente, realizaremos um experimento com base no jogo do ditador a fim de examinar se, de fato, as informações a respeito dos impactos positivos que o PBF produz na vida dos beneficiários e na sociedade brasileira tendem a influenciar de forma a aumentar a disposição dos indivíduos em fazer doações monetárias.

Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) são, segundo Schady (2009), programas que fazem transferências monetárias a famílias pobres desde que estas se comprometam a realizar investimentos no capital humano de seus filhos. Para o autor, esses programas têm dois objetivos claros. O primeiro consiste em prover à família beneficiada um piso mínimo de consumo e assim, criar espaço para alcançarem seu segundo objetivo: encorajar a acumulação de capital humano a fim de quebrar o ciclo da pobreza que é transmitido através das gerações.

O interesse na utilização desses programas vem crescendo de maneira considerável ao longo dos últimos anos, fato que pode ser observado na figura 1. Dessa forma, diversos países têm adotado a implementação desses

programas uma vez que tais programas alcançam um grande número de famílias e têm se tornado o tipo de programa social mais amplo. Sabe-se que, atualmente, praticamente todos os países da América Latina adotaram o uso de PTCRs. Além disso, países como Bangladesh, Indonésia e Turquia têm feito uso desses programas. Programas semelhantes foram realizados ainda no Camboja, Malawi, Marrocos, Paquistão e África do Sul.

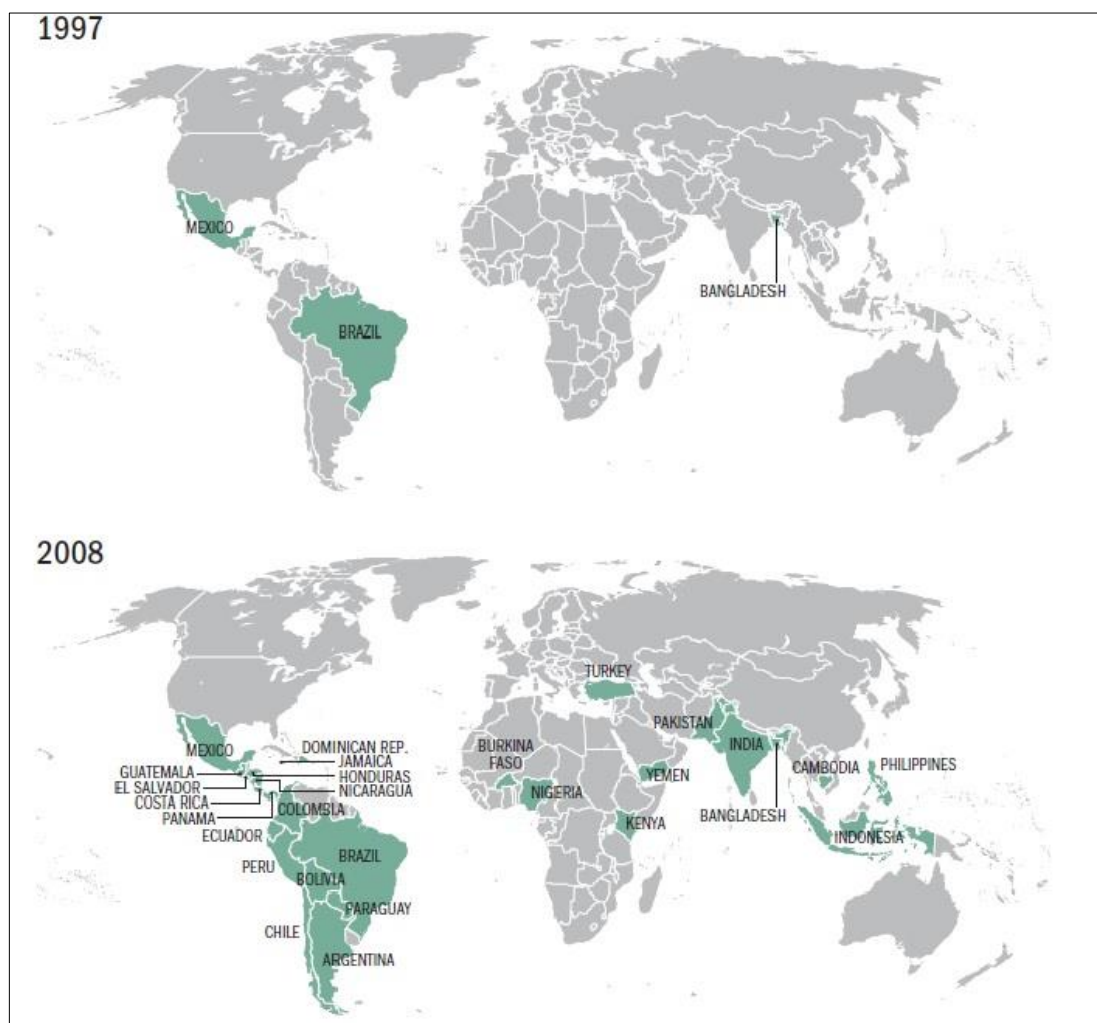


Figura 1 - Países que fazem uso de PTCRs (Fonte: chady, 2009)

Os PTCRs têm construído um caminho para reduzir a desigualdade, especialmente em países da América Latina por meio da promoção da saúde infantil, nutrição e escolaridade, além de ajudar os países a alcançarem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgem da Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), criada em um esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 90 (sobre meio-ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo, etc.), a Declaração traz uma série de compromissos

Diversos autores, como é o caso de Schady (2009), Ahmed *et al* (2006), Glewwe e Olinto (2004), têm se esforçado em observar os impactos de PTCRs em diferentes países, apontando evidências consideráveis de que esses programas têm melhorado a vida de pessoas pobres. As transferências, no geral, foram direcionadas a famílias pobres, aumentaram os níveis de consumo e reduziram a pobreza.

É também importante reforçar a racionalidade econômica presente na aplicação de PTCRs, uma vez que, ainda em Schady (2009), programas condicionados se justificam como meios de incentivar o investimento em capital humano das famílias.

No que diz respeito ao Brasil, o Programa Bolsa Família se constitui como um exemplo de PTCR e, dados os motivos anteriormente citados, acreditamos que aumentar a arrecadação destinada a esses programas, a fim de expandi-los e, dessa forma, alcançar uma parcela maior da população seria útil para aumentar o bem estar geral da população brasileira.

É por esse motivo que a presente monografia tem a intenção de estudar um possível meio de aumento de arrecadação para esse tipo de programa: o fornecimento de informações a respeito do mesmo.

O trabalho se divide então em mais cinco partes além desta introdução. O capítulo 2 inclui uma revisão de literatura a respeito do Programa Bolsa Família. Em seguida, apresentamos, no terceiro capítulo, a teoria por nós formulada, juntamente com uma revisão de literatura acerca do tema altruísmo e das contribuições que a Economia Comportamental nos fornece, que é alvo maior de observação nesta pesquisa. O quarto capítulo trata de expor o experimento realizado bem como seus testes de balanceamento. A análise dos resultados é feita no capítulo 5 deste trabalho e, por fim, apresentamos nossas conclusões no capítulo 6.

---

concretos que, se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século.

## **2. Programa Bolsa Família**

### **2.1 Objetivo**

Criado em Outubro de 2003, o programa apresenta os seguintes objetivos em relação aos beneficiários conforme consta na redação do Decreto 5.209/04:

I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;

II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;

III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;

IV - combater a pobreza; e

V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.”

### **2.2 Público Alvo**

O programa beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$77,01 a R\$154) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$77). As famílias cuja renda per capita for superior à linha de pobreza extrema, mas inferior à linha de pobreza (não extrema), fazem jus a um benefício variável, que depende do número de crianças com idade de zero a 14, até um máximo de três crianças por família. As famílias cuja renda per capita for inferior à linha de pobreza extrema têm direito a um benefício fixo, independentemente do número de pessoas na família, além de terem também direito ao mesmo benefício variável que as famílias cuja renda cai entre as linhas de pobreza e pobreza extrema. Desde julho de 2008, há também um segundo benefício variável, associado ao número de membros adolescentes na faixa de 15 a 16 anos que residam na família, até um máximo de dois adolescentes. O benefício é pago à mãe de família e, na ausência desta, a outro membro, como o pai.



## **2.3 Contrapartidas e condicionalidades**

Um dos pontos mais contenciosos do BF é o acompanhamento das contrapartidas exigidas das famílias. As condicionalidades do programa previstas no artigo 3º da Lei no 10.836, de 2004, representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias para a manutenção dos benefícios. Elas se destinam a estimular as famílias beneficiárias a exercer seu direito de acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social, e identificar as vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos a que têm direito, por meio do monitoramento de seu cumprimento. O artigo 3º da Lei no 10.836/04 estabelece que “A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.” Ou seja, para receber o benefício, as famílias devem enviar seus filhos à escola e, com relação à saúde, fazer exame pré-natal e acompanhamento nutricional e de saúde, além de manter as vacinas em dia. Há um grande número de autores que defendem que essas medidas são tão ou mais importantes que o benefício em si. Esta vertente da literatura sobre Programas de Transferência Condicionada de Renda enfatiza o caráter condicionado dos programas.

Cabe dizer que o descumprimento de contrapartidas de saúde leva às mesmas consequências que o descumprimento das contrapartidas educacionais e as duas são cobradas conjuntamente – ou seja, uma família com o benefício suspenso pode fazer o esforço de garantir a frequência dos filhos e ser surpreendida pelo cancelamento do benefício por descumprimento dos exames pré-natais, por exemplo.

## **2.4 Resultados do PBF**

O Programa Bolsa Família completou, em 2014, onze anos desde sua criação e consolidação na sociedade brasileira. Neste período já é possível verificar resultados, tendo em vista os objetivos do programa.

Com essa motivação, muitos pesquisadores têm se empenhado em estudar os mais diversos resultados do PBF. Para calcular os efeitos do PBF

sobre a pobreza, Soares et al. (2010) calcularam para cada ano uma estimativa de como a pobreza teria sido se não existissem as transferências. Em 1999, quando os programas eram quase inexistentes, o efeito sobre a pobreza era mínimo. Em 2001, os programas que antecederam o PBF fizeram com que a extrema pobreza se reduzisse em 0,1 ponto percentual do que seria sem a existência deles. A partir de 2005, entretanto, o efeito dobra, e em 2009 os benefícios do programa trouxeram a pobreza e a extrema pobreza para baixo de 1,9 e 1,6 pontos percentuais, respectivamente. Estes números representam 13% da pobreza e 32% da pobreza extrema nesse ano, o que demonstra relevância maior ainda desse tipo de programa no combate à pobreza.

Silveira Neto e Azzoni (2013) afirmam que programas como o Bolsa Família assumiram um papel substantivo para a redução da desigualdade regional de renda *per capita* no Brasil, contribuindo com cerca de 15% da redução do índice de Gini do período por eles analisado. Outros autores ainda mostram que o PBF não exerce efeitos práticos sobre o aumento da fecundidade, o que poderia ocorrer já que o benefício variável aumenta com o número de crianças na família (Alves e Cavenaghi, 2013).

O PBF também alcançou resultados positivos quando observados seus impactos na educação daqueles que recebem o benefício. A exemplo disso, De Oliveira e Soares (2013) realizaram um estudo que busca observar a relação existente entre os beneficiários do programa e a probabilidade de repetência dos mesmos. Em uma abordagem analisando apenas os dados do Cadastro Único, onde é possível encontrar dados socioeconômicos dos alunos mais pobres, os autores encontraram evidências de que o aluno participante do programa possui uma probabilidade de repetência cerca de 11% menor do que os demais. Dessa forma, pode-se afirmar que há sinais de que o PBF reduz a repetência de quem o recebe.

Santos et al. (2013) objetivaram realizar uma avaliação do efeito do PBF na melhoria da saúde das crianças de famílias de baixa renda, com ênfase nos diferenciais de baixo peso ao nascer entre estratos de renda *per capita*. Cruzando dados do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, compreendidos no período entre 2006 e 2008, os autores compararam a frequência de baixo peso ao nascer entre crianças de famílias elegíveis que recebiam ou não o benefício na região nordeste do país.

Observaram então, que a prevalência de baixo peso ao nascer nos filhos de mulheres beneficiárias do programa é menor que nos filhos de não beneficiárias no estrato de renda menor que R\$ 70. Embora de magnitudes próximas, os valores registrados foram de 6,3% para não beneficiárias, contra 5,5% para beneficiárias e indicam que a diferença foi significativa. Nos nascidos vivos de famílias com renda *per capita* mais elevada (R\$ 70,00 a R\$ 140,00), a diferença não foi estatisticamente significativa.

Além dos impactos nas áreas de diminuição da pobreza e desigualdade social, escolaridade e saúde, existem outros estudos que têm por ambição averiguar os impactos que o PBF exerce no mercado de trabalho e na criminalidade. Tais estudos serão melhor explorados das subseções seguintes.

#### **2.4.1 Impactos do Bolsa Família no mercado de trabalho**

O trabalho de Foguel e Barros (2010) tem a finalidade de estudar os efeitos que os PTCRs exercem na oferta de trabalho de adultos. O objetivo dos autores é mensurar os efeitos desses programas na taxa de participação e no número de horas trabalhadas por homens e mulheres em idade adulta no Brasil. Sem descartar que o ponto relevante dos PTCRs é a repercussão que estes geram nas crianças beneficiárias, o autores ainda apontam que os impactos sobre o mercado de trabalho devem também ser considerados. O programa observado foi o Programa Bolsa Família.

Sabendo a existência da crença de que esse tipo de programa gera acomodação por parte dos beneficiários, de maneira que estes são levados a trabalhar menos, os autores buscaram encontrar evidências empíricas para essa comprovação.

Os dados de emprego analisados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) e abrangem o período entre os anos de 2001 a 2005. Já que no questionário da PNAD não há algum pergunta que informe se a família é recebedora do benefício, para identificar os beneficiários do PBF os Foguel e Barros (2010) recorreram à pergunta que reporta a renda familiar. Ao observarem os valores, puderam identificar os potenciais beneficiários tendo em vista que o benefício fixo se estende às famílias onde a renda *per capita* é de R\$70 e o benefício variável, àquelas que

têm renda per capita entre R\$70 e R\$140. A análise também foi feita havendo separação dos indivíduos em dois grupos de acordo com o sexo (masculino e feminino).

Os resultados por eles obtidos indicam que o impacto dos PTCRs brasileiros sobre a taxa de participação feminina não é significativa, nem por razões estatísticas ou em termos de magnitude. Para o sexo masculino, há evidências de que o impacto sobre a taxa de participação é positivo, embora muito pequeno em termos de magnitude. Para as horas trabalhadas, os resultados mostram um pequeno e negativo efeito no seguimento feminino ao passo que, no seguimento masculino, os resultados são estatisticamente insignificantes,

Em suma, os resultados desse estudo não mostraram que o PFB tem efeitos significativos sobre a taxa de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho, nem sobre o número de horas por eles trabalhadas. Assim, os resultados parecem ser compatíveis com a afirmação de que os Programas de Transferência Condicionada de Renda não causam efeito sobre a oferta de trabalho.

#### **2.4.2 Impactos do Bolsa Família na criminalidade**

O trabalho de Chioda, De Mello e Soares (2012) combina dados obtidos nas escolas da cidade de São Paulo, Brasil, e também dados sobre a criminalidade nessa mesma cidade para apresentar uma das primeiras evidências sobre o efeito do Bolsa Família – ou mesmo de outros PTCRs – na criminalidade.

Para a análise do crime, os dados, advindos do sistema de rastreamento do crime - INFOCRIM (Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo) – forneceram informações a respeito dos crimes denunciados na cidade de São Paulo no período compreendido entre os anos de 2006 e 2009. Esse sistema inclui todas as informações disponíveis a partir dos relatórios da polícia. Inclui local de ocorrência (traduzido em latitude e longitude), o tipo de crime, o tempo estimado de ocorrência, e, às vezes, as características do infrator suspeito, tais como idade e sexo. Os registros de crimes considerados

na pesquisa desses autores somam um total de 1.473.939 crimes ao longo dos quatro anos.

Já os dados de escolas e alunos são provenientes de duas fontes e cobrem também o mesmo período: 2006 a 2009. A partir da Secretaria de Educação da Cidade de São Paulo, Chioda, De Mello e Soares (2012) obtiveram dados sobre escolas estaduais e municipais para identificar o tipo de escola, localização da escola (traduzido em longitude e latitude) e número de alunos abrangidos por PTCRs (informações separadas em número de estudantes que recebem o Bolsa Família e Renda Mínima). A partir do Censo Escolar Brasileira, os autores reuniram informações adicionais sobre a quantidade e as características demográficas dos professores e alunos, e infraestrutura da escola. As características são: formação de professores; gênero, raça e grau atual de alunos; e número de salas de aula, a disponibilidade de água tratada, saneamento e TV, e do número de computadores.

Sabendo que no Estado de São Paulo os estudantes são distribuídos para as vagas disponíveis na escola mais próxima de sua residência, os autores realizaram seu procedimento sabendo que há uma alta correlação entre a localização da escola e bairro de residência.

Feita a combinação entre a localização do acontecimento dos crimes, a localização das escolas e o número de estudantes matriculados nas mesmas e que são beneficiários do PBF, o estudo concluiu que o alcance dos PTCRs nos alunos das escolas observadas tem um impacto negativo sobre a criminalidade no bairro. Esse resultado indica também que a redução da criminalidade não está concentrada no tempo em que os alunos passam na escola, o que ocuparia as crianças, mas parece ser principalmente impulsionada porque a redução de crimes ocorreu dentre aqueles motivados economicamente (roubos). Por isso, os autores apontam para uma forte evidência de que a redução da criminalidade tenha se dado em função dos PTCRs uma vez que estes exercem impacto direto sobre a renda, podendo ser responsável pela diminuição no número de crimes motivados economicamente.

### 3. Teoria

Dentro do domínio das ciências, hipóteses acerca da capacidade humana de raciocínio perfeito acabaram embrenhando-se nas Ciências Econômicas. Dessa forma, a chamada *racionalidade* passou a ser o alicerce de diversas teorias econômicas e, quando falamos de modelos econômicos de racionalidade, estamos nos referindo à hipótese usada pelos economistas de que somos capazes de tomar as decisões certas para nós mesmos (Ariely, 2008).

Afirmações de que a tomada de decisões dos seres humanos está relacionada a aspectos emocionais estão corriqueiramente presentes entre os economistas. A Teoria dos Sentimentos Morais, de Adam Smith (1759), ao analisar as preferências dos agentes, bem como a influencia das emoções na tomada de decisões (o que Smith chama de *paixões*), traz consigo ideias que estão relacionadas ao que chamamos hoje em dia de aversão à perda, escolha intertemporal, dentre outros. Isto é, sabemos que a discussão a respeito da ação que as emoções exercem sobre o comportamento econômico é algo que perdura desde o início da ciência econômica até os dias atuais (Ashraf, Camerer e Loewenstein; 2005).

A fim de explorar melhor o que está por trás das tomada de decisões dos indivíduos, Bentham (1789), quando propôs pela primeira vez o conceito de utilidade, assumia que essa satisfação humana seria composta pela diferença entre as emoções positivas e as negativas que determinado indivíduo poderia ter. Mais tarde, a construção neoclássica acerca da utilidade excluiu as bases psicológicas propostas por Bentham e culminaria no desenvolvimento de uma teoria que trata da utilidade como um valor ordinal e que, baseando-se na teoria de preferências reveladas, expressa um índice de preferências e não de satisfação ou felicidade (Loewenstein, 2000).

Criticando a escola neoclássica, Simon (1993, p.158) diz que “a economia neoclássica assume que as pessoas maximizam sua utilidade, mas não postula nada a respeito do que utilidade significa, [...] limitando o conceito da mesma a uma análise apenas do ganho econômico.”. O mesmo autor afirma que a racionalidade dos seres humanos, segundo os princípios neoclássicos, é

muito limitada e trata apenas de uma realidade aproximada, supondo que a tomada de decisões dos seres humanos é guiada por diversos motivos que são baseados no que ele chama de *consequências antecipadas* (noções de prazer ou dor).

### **3.1 Do comportamento altruísta**

Dentre os diversos comportamentos humanos aos quais a Ciência Econômica observa, nos ateremos neste trabalho em analisar o comportamento altruísta dos indivíduos.

Embora reconhecesse a tendência humana a se comportar de forma egoísta, o filósofo e economista escocês, Adam Smith, já afirmava:

Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela. (SMITH, Adam. 1759, p. 5)

O mesmo autor observa que, embora não seja tão interessante para o próprio homem (um ser egoísta), este sente, por vezes, o interesse pela felicidade dos outros, afirmando que sentimos compaixão ou piedade aos contemplarmos ou imaginarmos os outros em situação de desgraça. A esse sentimento (ou paixão), Smith (1759) dá o nome de simpatia, solidariedade.

Ainda na busca de definir o significado de comportamento altruísta e levando em conta o entendimento evolucionista de *altruísmo*, Simon (1993), já citado anteriormente, observa que os seres humanos (e outras criaturas) não se comportam de maneira ideal para a sua aptidão uma vez que eles são totalmente incapazes de adquirir os conhecimentos e fazer os cálculos que apoiariam otimização. Eles, portanto, não sabem todas as alternativas que estão disponíveis para a ação; tendo um conhecimento incompleto e incerto sobre as variáveis ambientais, presentes e futuras, que vão determinar as consequências de suas escolhas, tornando impossível a realização dos

cálculos necessários para a escolha ideal. A este fato, o autor dá o nome de *racionalidade limitada* e toma a definição de comportamento altruísta como o comportamento que é influenciado pelas expectativas de prazer e dor de outras pessoas.

É nesse sentido que surge o confronto de ideias entre a Economia Comportamental e a Escola Neoclássica. Enquanto a última considera que os seres humanos são agentes egoístas maximizadores de renda, a primeira se preocupa em examinar como o comportamento humano acontece na prática, algo que nem sempre corresponde às afirmações neoclássicas.

Outros autores ainda se propuseram testar a veracidade das premissas neoclássicas por meio da realização de experimentos e a contribuir para o tema *altruísmo*, que é o caso de Kahneman, Knetsche e Thaler (1986), quando criaram o *jogo do ditador*. O jogo consiste em duas pessoas. A primeira, o ditador, recebe uma dotação monetária e decide se irá dividir essa dotação com a segunda pessoa, passiva durante o jogo. O intuito era testar a premissa do agente maximizador de renda, que assume que o ditador não deveria doar nada da sua dotação com o fim de maximizar sua própria renda.

O jogo do ditador tem se tornado cada vez mais popular entre os estudos experimentais e, desde a criação do jogo, a mais de 25 anos, uma imensa quantidade de jogos do ditador foi realizada, com os mais diversos controles e populações. Engel (2011) mostra que 63,89% dos ditadores de todos os jogos do ditador, após o experimento de Kahneman *et al.*, fizeram doações positivas, concluindo o seguinte:

“Embora normalmente uma fração considerável de participantes, de fato, não doe nada, como previsto pela hipótese de maximização dos *payoffs*, só muito raramente esta tem sido a escolha da maioria. Agora, é indiscutível que as populações humanas são sistematicamente mais benevolentes do que o *homo economicus*.” (ENGEL, Christoph. 2011, p. 2)

Sendo assim, inferimos que a premissa por ele confrontada não reflete de maneira condizente com a realidade o comportamento altruísta dos seres humanos.



Diversos outros tipos de jogo do ditador foram então desenvolvidos a fim de testar, em geral, o quão egoístas são os agentes econômicos. Charness e Gneezy (2008), por exemplo, desenvolveram uma espécie de jogo do ditador onde o jogo era aplicado a dois grupos distintos. Em ambos os grupos, os ditadores eram isolados dos indivíduos que receberiam as doações a fim de preservar a identidade desses últimos. A diferença consistia no seguinte quesito: aos ditadores do segundo grupo era fornecido o nome da pessoa para quem estariam doando. Os autores encontraram resultados que apontam que o conhecimento do nome do outro jogador influencia positivamente nas doações, ou seja, conhecer o nome do jogador para quem se está doando dinheiro tem efeito significativo sobre o comportamento altruísta dos agentes. List (2007) observa que, no jogo do ditador, quando as manipulações feitas são relevantes, elas podem provocar comportamentos diferentes para com os outros e lançar luz sobre como as instituições afetam o comportamento de importantes e inesperadas.

Os resultados destes jogos, bem como sua análise, levaram ao desenvolvimento de modelos de preferências sociais, abrangendo crenças em reciprocidade, aversão à desigualdade e preocupações com o *social-welfare*, levando em consideração comportamentos relativos à preocupação com não somente os recursos alocados a si mesmo, mas também com os recursos alocados a outros agentes relevantes (Fehr e Fischbacher, 2002).

A fim de estudar o que leva os indivíduos a agirem de maneira divergente à esperada pelo *homo economicus*, conceitos como vítima identificável (uma pessoa específica) e condição estatística (grupo de pessoas) foram introduzidos por Small, Loewenstein e Slovic (2007). Dessa maneira, os autores concluíram que as doações são maiores quando direcionadas a uma pessoa específica do que quando a um grupo de pessoas.

Na expectativa de mapear melhor o comportamento altruísta bem como as variáveis que o influenciam, Ariely (2010) expõe três fatores psicológicos que influenciam os seres humanos a realizarem doações. O primeiro fator é conhecido como *proximidade*. Aqui, a proximidade não seria apenas física, mas envolveria também aspectos sentimentais de afinidade, uma vez que nos sentimos próximos de nossos parentes, membros de um mesmo grupo social e pessoas com quem compartilhamos semelhanças. O *efeito proximidade* afirma,

então, que os seres humanos possuem uma maior propensão a doar para aqueles aos quais se sentem próximos física ou emocionalmente.

O segundo fator é denominado *fator vividez*, ou seja, a intensidade com a qual a fatalidade é mostrada:

Se eu lhe disser que me cortei, você não tem a imagem completa do acidente e não compartilha minha dor. Mas se eu descrever o corte em detalhes, com voz chorona e olhos marejados, enfatizando com cores intensas a profundidade da ferida, você disporá de imagem mais vivida da situação e se solidarizará comigo de maneira muito mais intensa. (ARIELY, Dan. 2010, p. 211).

Por fim, o autor nos apresenta o terceiro fator, mais conhecido entre os psicólogos como *efeito “gota no balde”*. Esse efeito corresponde à crença na própria capacidade de, isoladamente, ajudar as vítimas de uma tragédia, fazendo alguma diferença e se propõe a explicar a justificativa egoísta dos seres humanos diante de necessidades tão grandes e em vista do diminuto potencial de contribuição individual.

Ressalte-se que não foi por nós encontrada alguma literatura onde o jogo do ditador fosse realizado de maneira semelhante à pretendida por este trabalho. Isto é, um modelo de jogo do ditador que observasse a correlação entre as informações sobre os impactos de programas de transferências de renda e a disposição das pessoas de realizar doações monetárias para os mesmos não nos é conhecido.

Baseado nos trabalhos aqui citados, a presente monografia tem por objetivo tentar resolver o problema das vítimas estatísticas. Isto é, procuraremos identificar se quando é dado um maior número de informações (informações sobre a qualidade do programa), aplicando o *efeito vividez*, consegue-se obter um maior número de doações, mesmo que estas sejam direcionadas para um grupo de pessoas onde o *efeito proximidade* é bastante pequeno.

Em outras palavras, procuramos realizar inferências a respeito da disposição dos indivíduos a realizarem doações monetárias de maior valor

quando lhes é fornecido um maior número de informações a respeito do programa para o qual a doação é direcionada. Para tanto, escolhemos observar se esse resultado pode ser obtido também no caso específico do Programa Bolsa Família, disponibilizando informações acerca dos benefícios sociais gerados pelo programa.

## 4. O Experimento

Com o intuito de testar a teoria anteriormente apresentada neste trabalho, isto é, se quando melhor informadas sobre os efeitos que o PBF gera na sociedade as pessoas doariam uma parcela maior de dinheiro do que na ausência de informações, realizamos um experimento no formato do jogo do ditador.

O experimento consistiu em enviar questionários, que podem ser vistos no Anexo A deste trabalho, a grupos universitários distintos por meio da internet. Cada grupo foi direcionado a responder apenas um dos três questionários (controle, tratamento 1 e tratamento 2) de maneira aleatória. Feita a randomização através do software *excel*, os questionários foram enviados via *Facebook* e postados em grupos de 30 universidades federais brasileiras<sup>2</sup>. Os questionários foram enviados por intermédio da ferramenta *Google forms*, que nos permite criar questionários e observar as respostas em uma planilha ligada ao *Google Drive* e todos os grupos responderam às perguntas de controle demográfico na primeira parte do questionário. A tabulação e análise dos dados foram realizadas por meio do software *Stata*. Cabe destacar que o método de seleção de amostra aqui citado foi utilizado devido a restrições de tempo e a restrições orçamentárias, uma vez que um estudo de amostragem demanda tanto tempo quanto investimento financeiro.

A diferença entre os questionários se dava na informação que lhes era fornecida. Ao grupo de controle, foi dada uma dotação monetária hipotética e, posteriormente, perguntado quanto dessa dotação os indivíduos estariam dispostos a doar ao PBF. Aos grupos de tratamento 1 e 2, a mesma pergunta permanece, sendo fornecida, porém, uma informação diferente para cada tratamento. O grupo de tratamento 1 recebeu o questionário que continha informação a respeito do impacto que o PBF exerce no mercado de trabalho, com base no trabalho de Fogel e Barros (2010) e o grupo de tratamento 2, do impacto do programa na criminalidade, baseado no trabalho de Chioda, Mello e

---

<sup>2</sup> UFAL, UFBA, UFCE, UFCG, UFPA, UFPE, UFES, UFFS, UFG, UFJF, UFLA, UFMG, UFMS, UFMT, UFOB, UFOP, UFPEL, UFPI, UFRB, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFRS, UFS, UFSC, UFSCar, UFU, UnB, UNIFal, UNIFAP e UNIR.

Soares (2012), como pode ser visto na figura 2. Ambos os trabalhos foram anteriormente aqui citados.

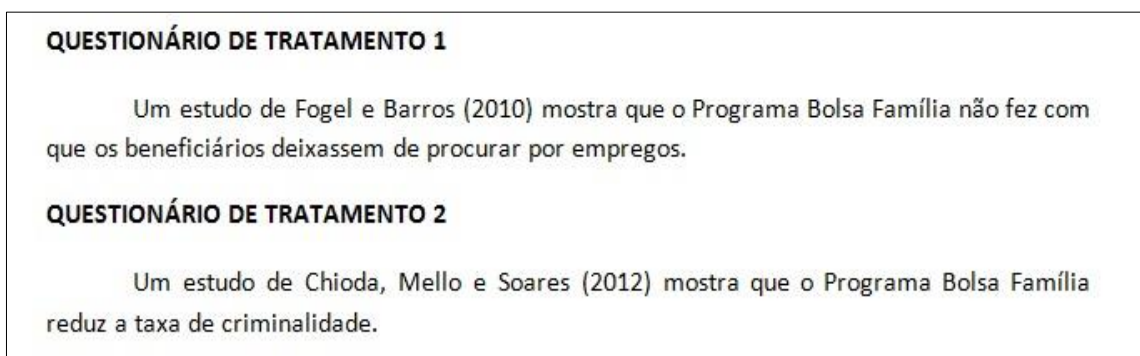


Figura 2 – Informações dadas aos diferentes grupos

Os motivos que nos levaram a escolher informações acerca do impacto do programa no mercado de trabalho e da criminalidade são, primeiramente, a tentativa de evitar fornecer informações previsíveis. Isto é, sabemos que questões envolvidas com educação e saúde estão diretamente relacionadas com as condicionalidades do PBF e que, por essa razão, seria de se esperar que os indivíduos que responderam ao questionário talvez já tivessem certo conhecimento acerca do assunto, não lhes sendo acrescentada nenhuma informação nova.

Além disso, fornecer dados que informam que o programa não afeta o mercado de trabalho, fazendo com que os beneficiários deixem de procurar empregos, nos pareceu atrativo uma vez que vai contra a crença no “efeito preguiça”. O “efeito preguiça” expressa a crença de parte da população acerca da influência que o PBF gera nas famílias receptoras do benefício. Segundo essa crença, as pessoas deixariam de trabalhar confiantes na renda que recebem mensalmente do Governo Federal.

No que toca à informação fornecida a respeito dos impactos do PBF na criminalidade, julgamos interessante adotá-la visto que essa seria uma informação potencialmente mais comovedora e forneceria um *efeito proximidade* maior. Isto é, o tema criminalidade é algo que afeta as mais diversas camadas da sociedade e, por isso, potencialmente mais enternecedor.

## 4.1 Teste de balanceamento

A amostra utilizada para a realização desta pesquisa constitui-se de alunos universitários de 30 universidades federais brasileiras. O total de indivíduos participantes foi de 566 (264 para o grupo de controle, 142 para tratamento 1 e 160 para tratamento 2).

O número de respondentes do questionário de controle nos chama atenção pelo fato da diferença absoluta entre eles e os respondentes dos outros questionários ser grande. Acreditamos que isso se deve ao fato de que os grupos universitários do *Facebook* divergem em número de membros e que uma explicação plausível seria que, mesmo com o processo de escolha aleatória, algum grupo cujo número de membro fosse muito grande em comparação com os demais tenha respondido o questionário de controle. Apesar da diferença em números absolutos, observamos, através dos testes de balanceamento que as amostras podem sim ser comparadas. Acreditamos também que os resultados seriam mais representativos se o número de respondentes fosse, no geral, maior, dado que estudos de probabilidade estão baseados na Lei dos Grandes Números, pois, segundo essa lei, é mais provável que uma amostra grande tenha a característica do todo do que uma amostra pequena.

Os grupos de renda foram definidos da seguinte forma: 0 para rendas mensais abaixo de R\$ 1000,00, 1 para rendas mensais entre R\$ 1000,00 e R\$ 5000,00, 2 para rendas mensais entre R\$ 5000,00 e R\$ 10000,00 e 3 para rendas mensais acima de R\$ 10000,00. Dessa maneira temos que, na média para os grupos de controle e tratamento 1, as rendas dos pais se situam entre as categorias 1 e 2, e das mães, entre as categorias 0 e 1. Para os grupos de controle e tratamento 2, encontramos o mesmo resultado, divergindo apenas quanto às rendas das mães, que se encontram entre as categorias 0 e 1 para o grupo de controle e entre as categorias 1 e 2 para o grupo de tratamento 2. Feita a análise estatística das variáveis de renda, encontramos que apenas a variável “Renda da mãe” para o grupo de tratamento 2 é estatisticamente

significante, mas que a diferença absoluta entre os dois grupos (controle e tratamento 2) é muito pequena.

Para os grupos de educação dos pais, definimos a quantidade de anos de estudo da seguinte maneira: 5 anos de estudo para os que completaram 4<sup>a</sup> série, 9 para 8<sup>a</sup> série, 12 para o ensino médio e 17 anos para os que completaram o ensino superior. Assim, nossa amostra possui pais e mães com educação média entre ensino médio e ensino superior.

As tabelas 1 e 2<sup>3</sup> a seguir descrevem as principais características demográficas da amostra, bem como a comparação entre os grupos.

	Controle	Tratamento 1	Diferença absoluta	Estatística t e p-valor
<b>Idade</b>	22,91	22,82	-0,09	t = 0,1315 p-valor = 0,8955
<b>Feminino</b>	56,44%	49,30%		t = 1,377 p-valor = 0,1693
<b>Renda do pai</b>	1,24	1,38	0,14	t = -1,4203 p-valor = 0,1563
<b>Educação do pai</b>	11,85	12,09	0,24	t = -0,5805 p-valor = 0,5619
<b>Renda da mãe</b>	0,81	0,89	0,08	t = -0,9087 p-valor = 0,3641
<b>Educação da mãe</b>	12,35	12,63	0,28	t = -0,7011 p-valor = 0,4893

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

<sup>3</sup> Os asteriscos no valor da diferença absoluta mostram o nível de significância da diferença. Neste caso, \*\* denotam que o valor é estatisticamente significativo ao nível de 5%.

	Controle	Tratamento 2	Diferença absoluta	Estatística t e p-valor
<b>Idade</b>	22,91	22,13	-0,78	t = 1,357 p-valor = 0,1696
<b>Feminino</b>	45,25%	53,75%		t = 0,539 p-valor = 0,5902
<b>Renda do pai</b>	1,24	1,55	0,31 **	t = -3,2152 p-valor = 0,0014
<b>Educação do pai</b>	11,85	12,49	0,64	t = -1,6392 p-valor = 0,1019
<b>Renda da mãe</b>	0,81	1,18	0,37	t = -4,057 p-valor = 0,0001
<b>Educação da mãe</b>	12,35	13,38	1,03	t = -2,839 p-valor = 0,0047

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas

Dentre as questões de controle demográfico, também foi perguntado acerca da nota que os respondentes obtiveram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Porém, dado que o processo seletivo para universidades brasileiras ainda não está unificado no ENEM, mais da metade da amostra, tanto para o grupo de controle quanto para os de tratamento 1 e 2, não reportou sua nota, provavelmente por não ter feito a prova. Para as observações que reportaram suas notas, encontramos também certa similaridade entre os três grupos. A nota média para os respondentes do questionário de controle foi de 683,03, enquanto que os indivíduos que responderam aos questionários de tratamento 1 e 2 acusam notas de 784,01 e 778,68, respectivamente. Os p-valores são, ainda respectivamente, 0,1764 e 0,1583.

Sendo assim, as estatísticas acima levam a crer que qualquer diferença que se encontre no valor doado pelos participantes seja produto do experimento, e não das características específicas de cada um dos grupos.



## 5. Resultados

Utilizando o mesmo procedimento realizado na comparação das médias obtidas nas questões de controle demográfico, também realizamos um *teste t* a fim de inferir se a diferença entre as médias das doações obtidas nos três grupos é estatisticamente significativa.

	Controle	Tratamento 1	Diferença absoluta	Estatística t e p-valor
Doação	R\$ 1.223,35	R\$ 1.261,80	R\$ 38,45	t = -0,1168 p-valor = 0,8867

Tabela 3 - Resultados

	Controle	Tratamento 2	Diferença absoluta	Estatística t e p-valor
Doação	R\$ 1.223,35	R\$ 1.255,16	R\$ 31,81	t = 0,6316 p-valor = 0,528

Tabela 4 - Resultados

Os resultados, expressos nas tabelas 5 e 6, mostram que, em média, os indivíduos do grupo de controle doariam apenas R\$ 38,45 a mais que os indivíduos do grupo de tratamento 1 e R\$ 31,81 do que o grupo de tratamento 2. Os p-valores mostram que a diferença não é estatisticamente significativa: 0,8867 para tratamento 1 e 0,528 para tratamento 2 (significantes a 10%). Por tal motivo, pode-se observar que, mesmo com o acréscimo de informações a respeito do Programa Bolsa Família, os indivíduos pesquisados não se mostraram dispostos a aumentar suas doações para o mesmo, contrariando as teorias previamente aqui apresentadas. Isto é, aplicar o efeito vividez ao caso do PBF não produziu resultados que aumentassem as doações.

## 6. Conclusão

O objetivo do presente trabalho era testar a hipótese de que, ao serem melhor informadas sobre os efeitos que o PBF produz na sociedade, em especial os efeitos gerados sobre a oferta de trabalho e sobre a criminalidade, as pessoas se disporem a doar uma quantidade monetária maior no que na ausência dessas informações. Os resultados obtidos, contudo, não demonstram que essa hipótese pode ser entendida com verdadeira.

Segundo Andreoni (1989), existe um fator que inibe a vontade que as pessoas têm em realizar doações que serão intermediadas pelo governo. O autor aponta para o fato de que os seres humanos se sentem melhores quando realizam doações diretas. Isto é, ao realizar doações monetárias sem a mediação do governo, um sentimento de satisfação pessoal (o que o autor chama de *warm glow*) surgiria e diminuiria a intenção de realizar essas doações tendo o governo como mediador.

Acreditamos também que um dos motivos que levaram os indivíduos a responderem de maneira contrária ao esperado é a percepção que as pessoas têm a respeito do programa. Embora fossem fornecidas informações reportando alguns efeitos positivos do programa, a crença de que o programa não é o melhor meio de realizar doações monetárias prevaleceu. Muitos respondentes afirmaram que, se direcionadas a outro tipo de instituição, o valor da doação aumentaria, não mostrando interesse em cooperar com um programa idealizado pelo Governo Federal, corroborando com os estudos de Andreoni (1989).

Outra alternativa para alcançar resultados de forma a comprovar a hipótese aqui apresentada, seria aumentar o *efeito vividez* da questão. Isto é, acreditamos que proporcionar um maior número de informações sobre os benefícios que o Programa Bolsa Família provoca poderia resultar num aumento das doações monetárias, uma vez que a informação contida no questionário era muito reduzida.

## Referências Bibliográficas

- AHMED; AKHTER; GILLIGAN,D; KUDAT, A.; COLASAN, R.; TATLIDIL, H. e OZBILGIN,B. 2006. **Interim Impact Evaluation of the Conditional Cash Transfer Program in Turkey: A Quantitative Assessment**. International Food Policy Research Institute, Washington, DC, 2006.
- ALVES, J. e CAVENAGHI, S. **O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil**. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania (IPEA)*, p. 233-246, 2013.
- ANDREONI, James. **Giving with Impure Altruism: Applications to Charity and Ricardian Equivalence**. *Journal of Political Economy*, v. 97, n. 6, pp. 1447-1458, 1989.
- ARIELY, Dan. **Empatia e emoção**. *Positivamente irracional*, p. 206-222, 2010.
- ARIELY, Dan. *Previsivelmente irracional*, 2008.
- ASHRAF, Nava; CAMERER, Colin F. e LOEWENSTEIN, George. **Adam Smith, Behavioral Economist**. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n.3, p. 131-145, 2005.
- BENTHAM, J. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. 1789.
- CHARNESS, G.; GNEEZY, U. **What's in a name? Anonymity and social distance in dictator and ultimatum games**. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 68(1), p. 29-35, 2008.
- CHIODA, L.; DE MELLO, J. e SOARES, R. **Spillovers from Conditional Cash Transfer Programs: Bolsa Família and Crime in Urban Brazil**. *Working paper*, 2012.
- DE OLIVEIRA, L e SOARES, S. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escolar**. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania (IPEA)*, p. 285-296, 2013.
- ENGEL, C. **Dictator Games: A Meta Study**. *Experimental Economics*, v. 14 (4), p. 583-610, 2011.
- FEHR, E.; FISCHBACHER, U. **Why social preferences matter – the impact of non-selfish motives on competition, cooperation and incentives**. *The Economic Journal*, v. 112 (478), p. C1-C33, 2002.
- FOGUEL, M.; BARROS, R. **The Effects of Conditional Cash Transfer Programmes on Adult Labour Supply**. *Est. econ.*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 259-293, 2010.
- GLEWWE, P.; OLINTO, P. **Evaluating the impact of conditional cash transfers on**

**schooling: an experimental analysis of Honduras.** *PRAF Program. Minneapolis: University of Minnesota*, 2004.

KAHNEMAN, Daniel; KNETSCH, Jack L. e THALER, Richard. **Fairness and the Assumptions of Economics.** *Journal of Business* v. 59, p. 285-300, 1986.

LIST, John A.; **On the Interpretation of Giving in Dictator Games;** *Journal of Political Economy*, v. 115, p. 482-493, 2007

LOEWENSTEIN, George. **Emotions in Economic Theory and Economic Behavior.** *The American Economic Review*, v. 90, n. 2, pp. 4, 2000.

SANTOS, L. et al. **Menor ocorrência de baixo peso ao nascer entre crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.** *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania (IPEA)*, p. 263-271, 2013.

SCHADY, N. **Conditional Cash Transfers: Reducing present and future poverty.** *World Bank Policy Research Report*, 2009

SILVEIRA NETO, R. e AZZONI, C. **Os programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil.** *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania (IPEA)*, p. 217-232, 2013.

SIMON, H. **Altruism and Economics.** *The American Economic Review*, v. 83, n. 2, p. 156-161, 1993

SMALL, LOEWENSTEIN e SLOVIC. **Sympathy and callousness: The impact of deliberative thought on donations to identifiable and statistical victims.** *Organizational Behavior and Human Decision Processes* p. 143–153, 2007.

SMITH, A. **The Theory of Moral Sentiments.** 1759

SOARES, S., de SOUZA, P. H. G. F., OSÓRIO, R. G. e SILVEIRA, F. G. Os Impactos do Benefício do Programa **Bolsa Família** Sobre a Desigualdade e Pobreza' in de Castro, J. A. and Modesto, L.(eds), *Bolsa Família 2003–2010: Avanços e Desafios – Volume 2*. Brasília, Ipea, 27–52, 2010.

# ANEXO A

## QUESTIONÁRIO DE CONTROLE

Este trabalho tem por finalidade testar teorias microeconômicas de transferência de renda. Todas as informações abaixo são completamente confidenciais.

1) Por favor, responda as seguintes perguntas para controle demográfico.

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: M F

Curso de Graduação: \_\_\_\_\_ Nota no ENEM (caso tenha feito): \_\_\_\_\_

Renda Mensal do Pai: \$0 Menos de \$1000 \$1000 - \$5000 \$5000 - \$10000  
mais de \$10000

Educação Mínima completada pelo pai: 4a série 8a série Ensino Médio  
Ensino Superior

Renda Mensal da Mãe: \$0 Menos de \$1000 \$1000 - \$5000 \$5000 - \$10000  
mais de \$10000

Educação Mínima completada pela mãe: 4a série 8a série Ensino Médio  
Ensino Superior

2) Por favor, leia a situação abaixo e responda a pergunta.

Sabendo que, atualmente, o benefício básico do Programa Bolsa Família é concedido às famílias com renda mensal de até R\$70, suponha que você tenha encontrado uma fundação que tem como objetivo arrecadar fundos a fim de estender o Programa Bolsa Família para as famílias com renda mensal entre R\$71 e R\$100. Além disso, você acaba de receber R\$20000 como presente de seus pais por ter se graduado. Desse dinheiro que você acaba de receber, quanto você doaria para essa fundação? \_\_\_\_\_

# QUESTIONÁRIO DE TRATAMENTO 1

Este trabalho tem por finalidade testar teorias microeconômicas de transferência de renda. Todas as informações abaixo são completamente confidenciais.

1) Por favor, responda as seguintes perguntas para controle demográfico.

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: M F

Curso de Graduação: \_\_\_\_\_ Nota no ENEM (caso tenha feito): \_\_\_\_\_

Renda Mensal do Pai: \$0 Menos de \$1000 \$1000 - \$5000 \$5000 - \$10000  
mais de \$10000

Educação Mínima completada pelo pai: 4a série 8a série Ensino Médio  
Ensino Superior

Renda Mensal da Mãe: \$0 Menos de \$1000 \$1000 - \$5000 \$5000 - \$10000  
mais de \$10000

Educação Mínima completada pela mãe: 4a série 8a série Ensino Médio  
Ensino Superior

2) Por favor, leia a situação abaixo e responda a pergunta.

Um estudo de Fogel e Barros (2010) mostra que o Programa Bolsa Família não fez com que os beneficiários deixassem de procurar por empregos.

Sabendo que, atualmente, o benefício básico do Programa Bolsa Família é concedido às famílias com renda mensal de até R\$70, suponha que você tenha encontrado uma fundação que tem como objetivo arrecadar fundos a fim de estender o Programa Bolsa Família para as famílias com renda mensal entre R\$71 e R\$100. Além disso, você acaba de receber R\$20000 como presente de seus pais por ter se graduado. Desse dinheiro que você acaba de receber, quanto você doaria para essa fundação? \_\_\_\_\_

## QUESTIONÁRIO DE TRATAMENTO 2

Este trabalho tem por finalidade testar teorias microeconômicas de transferência de renda. Todas as informações abaixo são completamente confidenciais.

1) Por favor, responda as seguintes perguntas para controle demográfico.

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: M F

Curso de Graduação: \_\_\_\_\_ Nota no ENEM (caso tenha feito): \_\_\_\_\_

Renda Mensal do Pai: \$0 Menos de \$1000 \$1000 - \$5000 \$5000 - \$10000  
mais de \$10000

Educação Mínima completada pelo pai: 4a série 8a série Ensino Médio  
Ensino Superior

Renda Mensal da Mãe: \$0 Menos de \$1000 \$1000 - \$5000 \$5000 - \$10000  
mais de \$10000

Educação Mínima completada pela mãe: 4a série 8a série Ensino Médio  
Ensino Superior

2) Por favor, leia a situação abaixo e responda a pergunta.

Um estudo de Chioda, Mello e Soares (2012) mostra que o Programa Bolsa Família reduz a taxa de criminalidade.

Sabendo que, atualmente, o benefício básico do Programa Bolsa Família é concedido às famílias com renda mensal de até R\$70, suponha que você tenha encontrado uma fundação que tem como objetivo arrecadar fundos a fim de estender o Programa Bolsa Família para as famílias com renda mensal entre R\$71 e R\$100. Além disso, você acaba de receber R\$20000 como presente de seus pais por ter se graduado. Desse dinheiro que você acaba de receber, quanto você doaria para essa fundação? \_\_\_\_\_